



## **PREFEITURA DE SÃO PAULO**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**PGM/CGGM/SAF/Divisão de Compras e Contratos**  
Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900  
Telefone:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/PGM/2026**

**PROCESSO SEI Nº 6021.2026/0006380-1**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras>

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:** 04/05/2026

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 20/05/2026 - 10h00

**EXCLUSIVIDADEME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM, COTA RESERVADA e AMPLA CONCORRÊNCIA

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**FASE DE HABILITAÇÃO:** APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO  
**UASG:** 925059

### **Índice**

#### **I EDITAL**

Preâmbulo – Indicação da Unidade

1. Embasamento Legal;
2. Objeto;
3. Condições de participação;
4. Acesso às informações;
5. Impugnação ao Edital;
6. Apresentação da Proposta de Preços;
7. Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
8. Etapa de Lances;
9. Modo de disputa aberto;
10. Negociação e Envio da Proposta de Preços
11. Julgamento;
12. Habilitação;
13. Fase Recursal;
14. Homologação;
15. Preços e Dotação;
16. Condições do ajuste;
17. Prazo, Condições e locais de Entrega;
18. Recebimento do Objeto;
19. Condições de Pagamento;
20. Penalidades;
21. Disposições Finais.

#### **II ANEXOS**

**ANEXO I:** Termo de Referência–Especificações, Quantitativos e Condições de Fornecimento do Objeto

**ANEXO II:** Modelo de Proposta de Preços.

**PREÂMBULO:**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, pela **COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, situada na Rua Maria Paula, nº 270, Bela Vista, São Paulo, Capital, CEP 01319-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO, por item**, objetivando a aquisição dos bens descritos na cláusula "2. OBJETO" deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site: <https://www.gov.br/compras>- **UASG 925059**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **10:00 horas, do dia 20/05/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br>, PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**1 EMBASAMENTO LEGAL**

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, dos Decretos Municipais nºs 62.100/2022 e 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, com suas alterações, notadamente das Leis Complementares nº 147/2014 e 155/2016, e das demais normas complementares aplicáveis.

**2 OBJETO**

**2.1** O presente pregão tem por objeto a contratação de licenças dos softwares Autodesk AutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas constantes do Anexo I - Termo de Referência do presente Edital, para utilização do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP e do Departamento de Desapropriações - DESAP e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município, assim descritas:

**Item 01:**

01 unidade	AUTOCAD FULL (AUTOCAD - INCLUDING SPECIALIZED TOOLSETS AD COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR SUBSCRIPTION))
------------	--

- **Para o item 01** - Em atendimento do disposto na Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/, nos termos do artigo 11, inciso II, alínea "b", do Decreto Municipal nº 56.475/2015, a participação será exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte/cooperativa.

**Item 02: Este item será dividido em 02 (dois) lotes - cota reservada e cota principal**

29 unidades	AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION
-------------	----------------------------------

- **Para o item 02- (cota reservada)** - Aquisição de **08 (oito) unidades** de AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION, destinados **EXCLUSIVAMENTE** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas equiparadas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição;

E como **item 03 - (cota principal)** - Aquisição de **21 (vinte e uma) unidades** de AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION, destinados à participação ampla, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, os benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da mesma Lei, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**2.2.** Será facultada a cada licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.

**2.3** Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas

pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

**2.3.1.** A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.3.2.** Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.3, impedirá o prosseguimento no certame para o item.

**2.3.3.** As referências deste edital e de seus anexos ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte abrangem as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015.

### 3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1** O interessado em participar da licitação deverá observar as seguintes condições:

**a)** atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;

**b) possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).**

**b.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até **o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

**b.2)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**c)** ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;

**d) não** estar em processo de falência;

**3.3 NÃO** é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

**a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**b)** pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

**c)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**e)** OSCIPs atuando nessa condição;

**f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**g)** sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

**3.3.1** Também **NÃO** poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público da Procuradoria Geral do Município, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**3.3.1.1** As vedações previstas na cláusula 3.3.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.4** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as

condições do edital e anexos.

#### **4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

**4.1** É vedada, nesta licitação, a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

#### **ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**5.1** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico [pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br).

**5.2** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

#### **6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**6.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, [pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br), em seu corpo ou documento anexo.

**6.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

**a)** se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**b)** se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 6.1.1.a.

**6.2** Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**6.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**6.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

**6.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**6.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**6.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

#### **7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**7.1.** A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

**7.1.1.** A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

#### **8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**8.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

**a)** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**b)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;

**c)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

**d)** Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

- 8.2.** A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.
- 8.3** A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor, a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.
- 8.4** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.5** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 8.6** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 8.7** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.8** Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.
- 8.9** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 8.10** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.
- 8.11** A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

## **9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

- 9.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3** Serão desclassificadas as propostas:
- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
  - b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
  - c)** estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 9.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 9.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 9.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

## **10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

- 10.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 10.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.
- 10.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de: para o **item 01 e 02 (cota reservada)**, o valor de R\$2,00 (dois reais) e para o **item 03(cota principal)**- R\$5,00(cinco reais) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

- 10.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 10.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.8 Para o item 03** - Exclusivamente quanto ao item aberto à ampla concorrência, no caso de existir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, assim declaradas no campo próprio conforme cláusula 2.1. "b" deste Edital, neste momento, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir: No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:
- 10.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 10.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 10.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 10.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.9** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 10.10** Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 10.10.1** Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.
- 10.10.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.
- 10.11** Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.
- 10.12** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 10.13** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11 MODO DE DISPUTA ABERTO**

- 11.1** No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.
- 11.2** A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.
- 11.3** Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 11.4** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.
- 11.5** Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.
- 11.6** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

## **12 JULGAMENTO**

- 12.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço, por item, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.
- 12.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, para cada item, quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.
- 12.3** Nesta fase serão consultados os cadastros previstos no item 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 12.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 12.5** Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.
- 12.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 12.7.** Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada esta poderá ser adjudicada à vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada.
- 12.8.** Se após observar o procedimento disposto no subitem anterior o item com reserva de cota ainda resultar deserto ou fracassado, este poderá ser repetido para ampla concorrência. De igual forma, se o item destinado à participação exclusiva das ME/EPP resultar deserto ou fracassado, poderá ser repetido sem a referida exclusividade de participação.
- 12.9.** Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado para ambas as cotas o menor dos preços obtidos na fase de lances.

## **13 HABILITAÇÃO**

- 13.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 13.2** A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.
- 13.3** Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 13.3.1** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 13.3.2** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 13.3.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- 13.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via "chat", o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 13.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

### **13.5.1 Habilitação jurídica:**



- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e) Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f) Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- e) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
  - e.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
  - d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

### **13.5.3 Qualificação econômico-financeira**

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
  - a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

### **13.5.4 Outros Documentos de habilitação:**

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021
- b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

**13.5.4.1** As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no



**13.6.** A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

- 13.6.1** Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.
- 13.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 13.6.3** Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.
- 13.6.4** A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
- 13.6.5** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 13.6.5.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 13.6.6** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 13.6.7** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 13.6.8** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 13.6.9. Serão** aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

**13.7** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA - CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria\\_de\\_bens\\_e\\_servicos\\_cobes/empresas\\_punidas/9255](https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255);
- d)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

**13.7.1** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

**13.8** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

**13.8.1** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

**13.8.1.1** Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro da cláusula 2.1, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

**13.8.2** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

**13.8.3** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**13.8.4** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não

alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 13.8.5** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

## **14 FASE RECURSAL**

- 14.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 14.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 14.3** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 14.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 14.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

## **15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **16 PREÇO E DOTAÇÃO**

- 16.1** O preço do objeto contratado, para cada item, será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 16.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo as disponibilizações, transporte, suporte técnico, manutenções dos softwares, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 16.3** Não haverá reajuste de preços nem atualização.
- 16.4** Os recursos necessários para suporte da despesa, onerarão a dotação nº 21.10.03.126.4002.2.818.3.3.90.40.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

## **17 CONDIÇÕES DO AJUSTE**

- 17.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 17.1.1** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:
- a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 17.2** Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.
- 17.2.1** Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006
- 17.2.2. A empresa a ser Contratada deverá, ainda, por ocasião da assinatura do contrato,**

**apresentar documento que comprove sua qualidade de revendedora e/ou distribuidora autorizada no Brasil dos softwares (AUTOCAD) desenvolvidos pela Autodesk. Alternativamente, poderá apresentar declaração da distribuidora credenciada que ateste sua condição de revendedora autorizada, acompanhada de comprovação de que a distribuidora é autorizada da AUTODESK. Nesta condição, a empresa a ser contratada deve ter plenas condições de fornecer o objeto do presente edital, inclusive no tocante ao suporte técnico exigido, tanto na intermediação da liberação das licenças junto à Autodesk e instalação dos softwares, quanto no suporte no período de vigência das licenças.**

**17.3** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**17.4** É facultado à Administração Pública, quando o convocado não retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

**17.4.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.

**17.4.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/ehttp://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br-.Procuradoria Geral do Município>.

**17.4.3** Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

**17.4.4** Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.9.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

## **18 PENALIDADES**

**18.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**18.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

**18.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

**18.2.1.** Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

**18.3** Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.2 à licitante que:

**18.3.1** deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

**18.3.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

**18.3.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**18.3.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**18.3.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**18.3.2.4** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**18.3.3** ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

**18.3.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**18.3.5** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**18.3.5.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**18.3.5.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**18.3.5.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**18.3.6** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.3.7** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**18.4.** Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.5** A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

**18.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da PGM, e deverão ser enviados pelo correio eletrônico [pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br).

**18.6.1** Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

**18.7** O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

**18.7.1** A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.

**18.8** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**18.9** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

## **19 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**19.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

**19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de

documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.8.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**19.8.2** Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail: [pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:pgmlicitacoes@prefeitura.sp.gov.br).

**19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

**19.10** Integrarão o contrato, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.

**19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**19.12** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

**19.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**19.14** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

**19.15** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**19.16** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <http://enegocioscidade.sp.prefeitura.sp.gov.br>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**19.17** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

**19.18** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://enegocioscidade.sp.prefeitura.sp.gov.br>

**19.19** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

**19.20** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 29 de abril de 2026

**MARIA ANTONIETA SOFIA**  
**Diretora Divisão de Compras e Contratos**

**LUCAS HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA**  
**Pregoeiro**  
**Procuradoria Geral do Município**

**PROCESSO SEI Nº 6021.2026/0006380-1**  
**TIPO: MENOR PREÇO, POR ITEM**

## **ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. OBJETO

Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de licenças dos softwares AutodeskAutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas nos itens seguintes.

## 2. JUSTIFICATIVAS

A contratação das licenças do software AutodeskAutoCAD é justificada pela necessidade de garantir a continuidade e aprimorar as atividades de elaboração e atualização de plantas e projetos técnicos desenvolvidas pelas equipes de engenharia do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMA e do Departamento de Desapropriações - DESAP, e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município de São Paulo.

O AutoCAD é a ferramenta padrão de mercado para projetos de engenharia e arquitetura, sendo amplamente utilizado por profissionais, peritos judiciais e órgãos externos que interagem com a Administração Pública. A familiaridade dos engenheiros e estagiários com este software, aliada à sua capacidade de integração com outras plataformas e a compatibilidade com o formato de arquivo DWG, que compõe grande parte do acervo técnico da PGM, demonstram sua adequação para o atendimento das demandas institucionais. A aquisição das versões Full e LT contempla as diversas complexidades das tarefas, desde desenhos básicos até recursos avançados como os de modelagem 3D e funcionalidades geoespaciais do AutoCAD MAP, essenciais para edições de arquivos georreferenciados. A decisão pela contratação por 3 (três) anos visa proporcionar economia de recursos e estabilidade tecnológica, alinhando-se ao planejamento estratégico da instituição, especificamente à linha de ação 24 do PDSTIC, e promovendo uma gestão de tecnologia da informação mais eficiente e previsível.

As licenças serão atribuídas pelo fiscal do contrato aos usuários indicados pelos responsáveis das respectivas Unidades, garantindo o uso adequado dos recursos adquiridos.

## 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

### 3.1. Prazo de Vigência das Licenças

As licenças fornecidas pela Contratada deverão autorizar o uso dos softwares pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de ativação, garantindo a estabilidade e continuidade dos trabalhos durante o período contratual.

### 3.2. Produtos a Serem Fornecidos

Devem ser fornecidas pela CONTRATADA as licenças dos seguintes produtos, conforme as quantidades especificadas:

**ITEM 01- 01(uma) unidade** - AUTOCADD FULL (AUTOCAD - INCLUDING SPECIALIZED TOOLSETS AD COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD 3-YEAR SUBSCRIPTION);

**ITEM 02** - cota reservada (exclusiva ME/EPP/MEI) - **08 (oito unidades)** - AUTOCAD LT - 3 YEAR SUBSCRIPTION

**ITEM 02** - cota principal (ampla concorrência) - **21 (vinte e uma unidades)** - AUTOCAD LT - 3 YEAR SUBSCRIPTION

### 3.3. Qualificação do Fornecedor e Suporte Técnico

A empresa contratada deve, no momento da assinatura do contrato, apresentar documento que comprove sua qualidade de revendedora ou distribuidora autorizada no Brasil dos softwares (AUTOCAD) desenvolvidos pela Autodesk. Alternativamente, poderá apresentar declaração da distribuidora credenciada que ateste sua condição de revendedora autorizada, acompanhada de comprovação de que a distribuidora é autorizada da AUTODESK. Nesta condição, a empresa contratada deve ter plenas condições de fornecer o objeto da contratação, incluindo o suporte técnico exigido, tanto na intermediação da liberação das licenças junto à Autodesk e instalação dos softwares, quanto no suporte durante todo o período de vigência das licenças.

### 3.4. Preço e Encargos

No preço dos produtos já devem estar incluídos todos os encargos e custos, diretos e indiretos, que incidam sobre eles, garantindo a transparência e a completude da proposta econômica, em conformidade com as práticas de mercado e a legislação aplicável.

## 4. OBRIGAÇÕES

### 4.1. Obrigações da Contratada

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas em lei e no contrato:

#### 4.1.1. Disponibilização dos Links de Instalação

Disponibilizar os links de instalação dos softwares em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato, garantindo o acesso rápido aos recursos tecnológicos.

#### 4.1.2. Suporte na Instalação

Prestar suporte na instalação dos softwares, caso a CONTRATANTE solicite, sendo que o atendimento deve ser realizado "on site", para assegurar a correta implantação e configuração em todas as estações de trabalho necessárias.

#### 4.1.3. Suporte Remoto e On Site para Solução de Problemas

Disponibilizar suporte remoto para a solução de possíveis problemas técnicos que possam surgir durante o período de vigência das licenças. Caso o problema não seja solucionado remotamente, o atendimento deve ser realizado "on site", no prazo máximo de 1 (um) dia útil após o chamado, minimizando interrupções.

#### 4.1.4. Manutenção do Bom Funcionamento dos Softwares

Manter, durante toda a execução do objeto e vigência das licenças, os softwares em condições de bom funcionamento, realizando as atualizações e correções necessárias para assegurar seu desempenho adequado.

#### 4.1.5. Despesas Decorrentes da Solução de Problemas

As despesas decorrentes da solução de problemas e manutenção do bom funcionamento dos softwares, incluindo deslocamentos, correrão integralmente por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

#### 4.1.6. Atendimento às Exigências da Fiscalização

Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem ônus para a CONTRATANTE, garantindo a conformidade da execução contratual com as disposições legais e regulamentares.

#### 4.2. Obrigações da Contratante

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das demais previstas em lei e no contrato:

##### 4.2.1. Ateste da Entrega e Funcionamento

Atestar a entrega dos produtos nas condições exigidas. O ateste será emitido em até 3 (três) dias úteis após a instalação e a verificação do bom funcionamento dos softwares, formalizando o recebimento.

##### 4.2.2. Promoção do Pagamento

Promover o pagamento após a emissão e o ateste do recebimento, observando os prazos de pagamento estabelecidos na Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), conforme as condições contratuais acordadas.

##### 4.2.3. Fiscalização e Acompanhamento

Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou defeitos observados, a fim de assegurar a plena conformidade com as especificações e a qualidade dos serviços prestados.

Coordenadoria de Inovação e Tecnologia  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

#### ANEXO II

**PROCESSO SEI N° 6021.2026/0006380-1**

**TIPO: MENOR PREÇO, POR ITEM**

**OBJETO:** Contratação de licenças dos softwares Autodesk AutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas constantes do Anexo I - Termo de Referência do presente Edital, para utilização do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMA e do Departamento de Desapropriações - DESAP e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município.

#### ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

fls. 01/02

A empresa.....inscrita no CNPJ sob nº .....  
na....., nº....., estabelecida  
nº.....,e-mail....., telefone/fax  
propõe fornecer o objeto licitado, nos  
seguintes preços e condições:

item	DESCRIÇÃO DO OBJETO (DEMAIS ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES NO ANEXO I DESTE EDITAL)	Quant. (unidades)	Marca e/ou fabricante	preço unitário R\$	preço total R\$



<b>01</b>	<b>AUTOCAD FULL - AD COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD3-YEAR SUBSCRIPTION)</b>	<b>01</b>			
<b>02</b>	<b>AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota reservada)</b>	<b>08</b>			
<b>03</b>	<b>AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota principal)</b>	<b>21</b>			

**Observação:** A licitante poderá participar de quantos e quais itens desejar, podendo suprimir da proposta aqueles para os quais não tenha interesse.

**VALOR TOTAL GERAL: R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )**  
**(somatório de todos os valores totais dos itens ofertados, se o caso)**

#### **DAS CONDIÇÕES GERAIS:**

- **Prazo de disponibilização dos links de acesso dos softwares:** \_\_\_\_ ( \_\_\_\_ (até 10 dias corridos)), a contar da data da assinatura do contrato.
- **Prazo de garantia:** \_\_\_\_ ( \_\_\_\_ (mínimo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da efetiva instalação dos links.
- **Condições de pagamento:** 30 (trinta) dias a contar da data de entrega da Nota Fiscal/Fatura e ateste do fiscal designado, por depósito em conta corrente.

#### **DAS DECLARAÇÕES:**

##### **A empresa proponente:**

- 01.** Declara que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do fornecimento do objeto, tais como, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, garantia, suporte técnico e quaisquer outros necessários ao adequado e perfeito cumprimento integral do objeto do ajuste, de modo que nenhuma outra remuneração seja devida em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com o fornecimento do objeto, além do valor pactuado.
- 02.** Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todos os itens e condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 62.100/2022, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 03.** Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer o objeto deste pregão, na quantidade estabelecida, no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá a quantidade estabelecida no local indicado, de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), assim como os suportes e manutenções respeitando as condições ali estabelecidas e requisitos específicos.
- 04.** Declara que se compromete a apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, o documento exigido no subitem 17.2.2 de 17. Condições do Ajuste.

**Validade da proposta:** .....(.....) dias corridos (não inferior a 60 dias corridos).

São Paulo, de de 2026

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)  
Nome: CPF: cargo:

#### **ANEXO III**

**PROCESSO SEI Nº 6021.2026/0006380-1**

**TIPO: MENOR PREÇO, POR ITEM**

**OBJETO:** Contratação de licenças dos softwares Autodesk AutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas constantes do Anexo I - Termo de Referência do presente Edital, para utilização do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP e do Departamento de Desapropriações - DESAP e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município.

A \_\_\_\_\_ (empresa) inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_  
DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 5) estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.  
(local do estabelecimento), de de 2026

Representante Legal/Procurador  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

**ANEXO IV**

**PROCESSO SEI Nº 6021.2026/0006380-1**

**TIPO: MENOR PREÇO, POR ITEM**

**OBJETO:** Contratação de licenças dos softwares Autodesk AutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas constantes do Anexo I - Termo de Referência do presente Edital, para utilização do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP e do Departamento de Desapropriações - DESAP, e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município.

**TERMO DE CONTRATO Nº XX/PGM/2026**

**PROCESSO SEI Nº 6021.2026/0006380-1**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/PGM/2026**

**OBJETO:** Contratação de licenças dos softwares Autodesk AutoCAD, nas versões Full e LT, com vigência de 3 (três) anos, conforme as condições e especificações detalhadas constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital que precedeu a presente contratação, para utilização do Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio - DEMAP e do Departamento de Desapropriações - DESAP e da Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município.

**CONTRATANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CONTRATADA:**

**VALOR TOTAL DO CONTRATO:** - Item 01 - R\$. ....(xxx), considerando-se o valor unitário de R\$ xxx (xxxx);  
- item 02 - R\$. ....(xxx), considerando-se o valor unitário de R\$ xxx (xxxx);  
(\*\*COTA RESERVADA E PRINCIPAL)

**DOTAÇÃO ONERADA:**

**NOTA DE EMPENHO:**

O **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, através da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 46.392.072/0001-22, com sede na Rua Maria Paula, 270 – 8º andar – Bela Vista - São Paulo / SP, neste ato representada pelo Sr. Procurador Coordenador Geral de Gestão e Modernização, Doutor **FABIO VICENTE VETRITTI FILHO**, consoante atribuições conferidas pelo Decreto nº 57.263/2016 e pela Portaria nº PGM.G 24/2017, adiante designada apenas **CONTRATANTE**, e a empresa **“XXXXXXXXXXXX”**, com sede na xxxx, CEP xxx, inscrita no C.N.P.J. sob nº xxxx, neste ato representada por seu representante legal, Sr.xxxx, portador do RG. nº xxxx e inscrita no CPF sob nº xxxx, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho doc.SEI xxxx, publicado no DOC de xxx (doc. xxx), ambos do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1. O objeto do presente ajuste é a contratação de licenças de softwares Autodesk Autocad, nos quantitativos e especificações, como segue:

Item	Descrição	Qde. (unidade)	Marca/ fabricante	Validade
1	AUTOCAD FULL (AUTOCAD - INCLUDING SPECIALIZED TOOLSETS AD COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD3-YEAR SUBSCRIPTION	01		36 meses
2	AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota reservada)	08		36 meses
3	AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota principal)	21		36 meses

1.1. As licenças serão atribuídas pelo fiscal do contrato aos usuários indicados pelos responsáveis das respectivas Unidades, por ocasião das disponibilizações das mesmas.

1.2. Deverão ser observadas as especificações técnicas e condições contidas no - Termo de Referência doc. xxx, do Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/PGM/2026, que precedeu a presente contratação e dela passa a fazer parte integrante para todos os fins.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO**

2.1. O preço total do presente ajuste (itens 01/ou 02 ou ambos) é de R\$xxx (xxx), considerados os preços unitários (por tipo de Software), conforme abaixo especificado:

Item	Descrição	Quantidade (unidades)	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	AUTOCAD FULL (AUTOCAD INCLUDING SPECIALIZED TOOLSETS AD COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD3-YEAR SUBSCRIPTION	01		
2	AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota reservada)	08		

3	AUTOCAD LT - 3-YEAR SUBSCRIPTION (cota principal)	21		
---	--	----	--	--

2.2 . Estes preços incluem todos os custos diretos e indiretos, mão de obra, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o fornecimento, instalação dos links dos softwares, bem como dos suportetécnicos e manutenções, e, constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida a qualquer título.

2.3 Os recursos necessários para suporte do presente contrato, oneram a dotação nº 21.10.03.126.4002.2.818.3.3.90.40.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente, tendo sido emitida a nota de empenho nº xxxx no valor total da despesa, para o presente exercício, obedecido o princípio da anualidade orçamentária.

### **CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL e INSTALAÇÃO DOS LINKS de acesso**

3.1.O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da efetiva disponibilização dos links de acesso dos softwares e seu perfeito funcionamento, devidamente atestados no processo SEI pelo fiscal designado.

3.2.A contratada deverá disponibilizar os links de instalação dos softwares em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura deste contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA DOS SERVIÇOS DE SUPORTE e MANUTENÇÃO dos softwares**

**4.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico e manutenção dos softwares, conforme segue:**

#### **4.1.1. Disponibilização dos Links de Instalação**

Disponibilizar os links de instalação dos softwares em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato, garantindo o acesso rápido aos recursos tecnológicos.

#### **4.1.2. Suporte na Instalação**

Prestar suporte na instalação dos softwares, caso a CONTRATANTE solicite, sendo que o atendimento deve ser realizado "on site", para assegurar a correta implantação e configuração em todas as estações de trabalho necessárias.

#### **4.1.3. Suporte Remoto e On Site para Solução de Problemas**

Disponibilizar suporte remoto para a solução de possíveis problemas técnicos que possam surgir durante o período de vigência das licenças. Caso o problema não seja solucionado remotamente, o atendimento deve ser realizado "on site", no prazo máximo de 1 (um) dia útil após o chamado, minimizando interrupções.

#### **4.1.4. Manutenção do Bom Funcionamento dos Softwares**

Manter, durante toda a execução do objeto e vigência das licenças, os softwares em condições de bom funcionamento, realizando as atualizações e correções necessárias para assegurar seu desempenho adequado.

#### **4.1.5. Despesas Decorrentes da Solução de Problemas**

As despesas decorrentes da solução de problemas e manutenção do bom funcionamento dos softwares, incluindo deslocamentos, correrão integralmente por conta da CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.

**4.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone com atendimento mínimo dentro do horário comercial (8:00h às 18:00h) de segunda a sexta- feira para, se necessário, prover suporte aos usuários.

### **CLÁUSULA QUINTA DA CONFIDENCIALIDADE**

5.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo sigilo de quaisquer informações referentes à estrutura, sistema, usuários, contribuintes, topologia, e ao modo de funcionamento e tratamento das informações da CONTRATANTE, durante e após o fim do contrato, salvo se houver sua autorização expressa para divulgação.

### **CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO E REAJUSTES**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contarda data de entrega da Nota Fiscal/Fatura e

desde que atestada pelo fiscal do ajuste a fiel e regular prestação do serviço, por depósito em conta-corrente.

6.1.1. Após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATANTE disporá de até 03 (três) dias úteis para emissão do Termo de Aceite, aprovando os serviços prestados.

6.1.1.1. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

6.1.1.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

6.3. Por ocasião do pagamento, será feita a retenção eventualmente devida em função da legislação tributária.

6.4. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.5. O preço contratual não será reajustado e não haverá atualização financeira.

será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de apuração de responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso, nos termos legais.

6.6.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "*pro-rata tempore*"), observando-se, para tanto o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.6.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela contratada.

6.7. Em caso de dúvida ou divergência, a fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

6.8. Quaisquer pagamento não isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços e/ou materiais aplicados.

6.9. O pagamento obedecerá às Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda em vigor, em especial a Portaria SF 275/2024, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

6.10. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.11. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante, especialmente designado juntamente com um substituto, conforme artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigos 119 a 122 do Decreto Municipal 62.100/2022, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a essa atribuição, se necessário for, incumbindo-os de verificar e atestar a observância de todas as condições estabelecidas neste contrato pela Contratada, sendo os mesmos os seus contatos, inclusive para determinação de providências que se fizerem necessárias ao longo do ajuste.

7.1.1. Competirá ao fiscal designado comunicar à Contratada os locais e endereços eletrônicos dos usuários em que deverão ser disponibilizados os links de acesso aos softwares, no dia imediatamente posterior à assinatura do contrato.

- 7.1.2. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado.
- 7.1.3. Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- 7.2. O fiscal do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis, se o caso.
- 7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) fiscal(is)/preposto(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 7.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.5. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização dos serviços pela Contratante, não exime, nem diminui a completa responsabilidade da contratada pela execução do objeto contrato, e, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 7.6. A Contratada será representada pelo preposto (funcionário de seu quadro de pessoal), indicado na contratação, como responsável pelo presente contrato perante a Contratante.

TKA. **OITAVA**

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- 8.1.1 Fornecer, através do fiscal designado, formalmente para a Contratada os locais onde serão disponibilizados os links para acesso aos softwares, no dia imediatamente subsequente a assinatura do contrato;
- 8.1.2. Fiscalizar e receber o cumprimento do objeto contratado, através dos servidores designados, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 8.1.3. Atestar a entrega dos softwares nas condições exigidas, o ateste será emitido em até 3 dias úteis após a instalação e a verificação do bom funcionamento dos mesmos.
- 8.1.4. Promover o pagamento após a emissão e o ateste do recebimento, observados os prazos de pagamento estabelecidos na PMSP.
- 8.1.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.
- 8.1.6. Impedir que terceiros interfiram no objeto contratado durante o prazo de vigência.
- 8.1.7. Assumir a responsabilidade pelos prejuízos causados ao objeto, em decorrência de mau uso ou negligência.
- 8.1.8. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos indispensáveis para cumprimento deste ajuste.
- 8.1.9. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA.
- 8.1.10. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA.
- 8.1.11. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste ajuste e das disposições legais que o regem.
- 8.1.12. Receber os serviços prestados e atestá-los para fins dos respectivos pagamentos.
- 8.1.13. Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA.

8.2. São obrigações da **CONTRATADA**:

- 8.2.1. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente entrega do objeto contratual, cumprindo fielmente todas as obrigações estabelecidas neste contrato, no Termo de Referência (doc. xxx), do edital do Pregão

Eletrônico que precedeu a presente contratação e na proposta de preços apresentada, ambas que passam a fazer parte integrante deste ajuste, e na legislação em vigor, garantindo sempre a qualidade dos serviços prestados.

8.2.2. Manter durante toda a execução deste ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

8.2.3. Indicar o preposto para acompanhamento dos serviços, o qual responderá pela empresa por qualquer assunto referente ao ajuste, que a representará durante a vigência deste contrato, o qual foi aceito pela CONTRATANTE.

8.2.4. Disponibilizar os links de instalação em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.

8.2.5. Dar suporte "on site" para a instalação dos links dos softwares, se a Contratante solicitar.

8.2.6. Disponibilizar suporte remoto para a solução de possíveis problemas.

8.2.6.1. Se o problema não for solucionado remotamente, o atendimento deverá ser realizado "on site", no prazo máximo de 1 (um) dia útil após o chamado.

8.2.7. Manter, durante a execução do objeto, os softwares em condições de bom funcionamento.

8.2.8. As despesas decorrentes para a solução de problemas ocorrerão por conta da CONTRATADA.

8.2.9. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

8.2.10. Refazer, corrigir ou substituir às suas expensas, os objetos que se apresentem com incorreções, vícios ou defeitos resultantes da execução de serviços.

8.2.11. Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, social, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da execução deste ajuste.

8.2.12. Orientar a CONTRATANTE quanto ao melhor uso do Softwares.

## **CLÁUSULA NONA**

### **DO CONTRATO E DA SUA EXTINÇÃO**

9.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 62.100/2021 e demais normas complementares aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

9.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no Título III, Capítulo VII da Lei Federal 14.133/93.

9.3 Dar-se-á a extinção do contrato em qualquer dos motivos especificados nos artigos 137 e parágrafo único do art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo se dar nas formas disciplinadas no artigo 138, e, com as consequências pertinentes previstas no artigo 139, ambos da mesma Lei Federal.

## **CLÁUSULA DECIMA**

### **DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. A execução dos serviços será feita conforme discriminado neste ajuste, no Termo de Referência (doc. xxx), do edital do Pregão Eletrônico nº xxx/PGM/2025, na proposta da contratada, que precederam a contratação e dela fazem parte integrante para todos os fins.

10.2 A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o presente contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

10.3 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização em nome da CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento.

10.3.1. A CONTRATANTE atestará a entrega do objeto contratado, nas condições exigidas e o ateste será emitido em até 3 (três) dias úteis após a instalação dos links e a verificação do bom funcionamento dos softwares.

10.4 O objeto será recebido consoante o disposto no artigo 140, inciso I, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º



- 10.5 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidades com as especificações estabelecidas verificadas posteriormente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS PENALIDADES**

- 11.1 São aplicáveis à contratada, no caso de cometimento de alguma infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, as sanções previstas no seu artigo 156 e demais normas pertinentes, observando-se os procedimentos previstos no artigo 157 e seguintes da referida Lei e na Seção XI – Das Infrações e Sanções Administrativas - do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 11.2. Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, será aplicada penalidade de multa pecuniária em qualquer das hipóteses abaixo:
- 11.2.1 Multa de 1% (hum por cento), por dia de atraso em relação aos prazos estabelecidos, sobre o valor equivalente à parcela correspondente do Contrato, até o limite de 10 (dez) dias, após o que, poderá ser considerado o atraso como inexecução parcial do ajuste pela CONTRATANTE.
- 11.2.2.1 Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias de atraso, poderá a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério considerar o atraso como inexecução do ajuste, e, além da aplicação da penalidade de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, por inexecução total, a critério exclusivo da Contratante, ser promovida a extinção contratual, por culpa da Contratada, com possibilidade de aplicação das demais sanções mencionadas na cláusula IX do Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 11.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, se o objeto estiver em desacordo com as especificações e exigências contidas neste contrato, bem assim no Termo de Referência (doc. xxx), edital do pregão, que precedeu a presente contratação e dela faz parte integrante;
- 11.2.4. Multa de 5% (cinco inteiros por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações contratuais ou legais, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 11.2.4.1. Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato, que incidirá sobre o valor total da parcela inexecutada;
- 11.2.4.2. Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor total do ajuste.
- 11.2.4.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 11.2.5. As multas aplicadas não poderão ter valor inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor contratual, conforme disposto §3º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, sendo que, após os cálculos pertinentes, estes valores prevalecerão caso alcançados valores menor ou maior.
- 11.2.6. As multas serão descontadas, se possível, do pagamento a que tiver direito ou pagas no prazo de até 5 dias úteis a contar de sua intimação. Se não quitadas, poderão ser cobradas judicialmente, se o caso, conforme §8º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo de sua inscrição no CADIN Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06.
- 11.3. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 11.5. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.6. São aplicáveis ao presente ajuste, no que cabível for, as sanções penais inseridas no Código Penal (Decreto-

lei 2848/1940), pelo artigo 178 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.7. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Coordenadoria Geral de Gestão e Modernização da Procuradoria Geral do Município, e protocolizado nos dias úteis, das 9h00 às 17h00 e terão efeito suspensivo, conforme artigo 168 da mesma Lei.

11.7.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

11.7.2 Caso a contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em vigor todas as condições ajustadas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO**

12.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

13.1 As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

13.1.1 Incluem-se nesta obrigação o cumprimento de determinações de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores relativos à matéria.

13.2. Cada Parte é responsável por garantir a legalidade dos tratamentos de dados que realizar e por implementar medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais a que tiver acesso.

13.3. Tratamento pela CONTRATADA em Nome do MUNICÍPIO: Caso a execução do objeto contratual envolva o tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA em nome e por conta do MUNICÍPIO (atuando como Operadora), a CONTRATADA deverá:

- a) Seguir estritamente as finalidades e instruções documentadas do MUNICÍPIO.
- b) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar.
- c) Cooperar com o MUNICÍPIO para responder às solicitações dos titulares e às fiscalizações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- d) Notificar o MUNICÍPIO em até 24 (vinte e quatro) horas sobre qualquer incidente de segurança envolvendo os dados tratados sob este contrato.
- e) Garantir por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade, integridade e segurança dos dados, conforme exigido pela LGPD, não podendo a CONTRATADA utilizar os dados pessoais para outros fins, com exceção daqueles adstritos à execução do objeto do presente contrato.
- f) Obter, no caso de coleta de dados pessoais, o consentimento do titular, nos termos da LGPD.
- g) Permitir a realização de auditorias pela CONTRATANTE e órgãos de controle, bem como de testes de integridade, disponibilizando as informações necessárias à demonstração do fiel cumprimento das obrigações aqui dispostas.
- h) Ao término do contrato, proceder à devolução ou eliminação segura dos dados, conforme instrução do MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ressalvadas as hipóteses legais de guarda.

- 13.4. Ocorrendo um descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, a CONTRATADA deverá notificar de modo formal este fato à CONTRATANTE no prazo de 48(quarenta e oito) horas.
- 13.5. A violação das obrigações de proteção de dados sujeitará a Parte infratora às penalidades contratuais, sem prejuízo das sanções legais e da obrigação de reparar eventuais danos.
- 13.5.1 . A CONTRATADA será responsável, desde que comprovada a sua culpa, pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, individual ou coletiva, bem como pelo ressarcimento do pagamento de multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento, por sua parte, de qualquer obrigação quanto à proteção e uso dos dados pessoais decorrentes do presente contrato, nos termos da seção III do Capítulo VI da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 14.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 14.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**CONTRATANTE:**  
**CONTRATADA:**

- 14.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 14.4 Fica a Contratada ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 14.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 14.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no certame que precedeu este ajuste.
- 14.7. Não foi exigida a prestação de garantia contratual no presente ajuste.
- 14.8. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados os seguintes documentos: *(declinar)*
- 14.9. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/PGM/2026 que deu origem à presente contratação, com seus Anexos e a Proposta da Contratada - docs. .... do processo SEI nº XXXX.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICIDADE**

- 15.3. Este termo de Contrato será publicado em extrato no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 150 do Decreto Municipal 62.100/22, sem prejuízo da divulgação dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 174 da Lei Federal 14.133/21, e nos sistemas eletrônicos oficiais, no disposto nos Decretos nº 46.195, de 10 de agosto de 2005, e nº 58.169 de 28 de março de 2018, bem como no artigo 10 do Decreto nº 53.623, de 12 de dezembro de 2012, e na Lei nº 16.051, de 6 de agosto de 2014.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 16.1 Fica eleito o foro da Fazenda Pública desta Comarca da Capital do Estado de São Paulo para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo,

**FABIO VICENTE VETRITTI FILHO**  
**OAB/SP nº 255.898**  
**Procurador Coordenador Geral de Gestão e Modernização**  
**Procuradoria Geral do Município - CONTRATANTE**

**Nome**  
**CPF Nº**  
**cargo**  
**Identificação da empresa - CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**Nome:**

**R.G. Nº**

**Nome:**

**R.G. Nº: R.G. Nº**

---

**Referência:** Processo nº 6021.2026/0006380-1

SEI nº 155576008